



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

ÉLIDA MONIQUE DA SILVA CHAVES

**REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DO ENSINO BÁSICO A PARTIR DA
REALIDADE DAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO NO ÂMBITO
PÚBLICO E PRIVADO.**

REDENÇÃO

2018

ÉLIDA MONIQUE DA SILVA CHAVES

**REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DO ENSINO BÁSICO A PARTIR DA
REALIDADE DAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO NO ÂMBITO
PÚBLICO E PRIVADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. KAÉ STOLL COLVERO LEMOS**

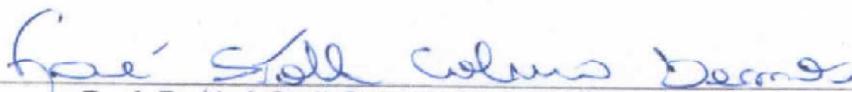
ÉLIDA MONIQUE DA SILVA CHAVES

REFLEXÃO POLÍTICA DO ENSINO BÁSICO A PARTIR DA REALIDADE DAS
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, NO ÂMBITO PÚBLICO E PRIVADO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como exigência parcial para a obtenção do
título de Bacharela em Humanidades.

Acarape, 01 / 11 2018.

BANCA EXAMINADORA



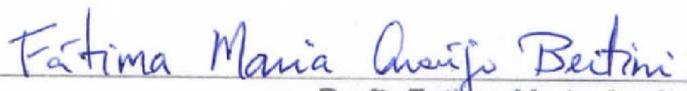
Prof. Dr. Kaé Stoll Colvero Lemos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.ª. Fatima Maria Araújo Bertini

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTO

A DEUS, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso, que me socorreu espiritualmente, dando-me serenidade e forças para continuar.

A professora Dr^a Janaina Lobo, minha orientadora professora Dr^a Kaé Colvero, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo seu incansável e permanente encorajamento, sugestões que foram preciosas para a concretização deste Projeto.

A minha mãe, meu irmão, avó e prima, com eles compartilho a realização deste trabalho que é um dos momentos mais importante da minha vida. A todos dessa instituição (Unilab) que permitiram que eu chegasse onde estou.

Meus colegas de classe que foram verdadeiros e companheiros, e em especial ao meu Amigo e companheiro de jornada acadêmica e da vida, Eurico. Esse têm grande parcela de contribuição na minha graduação e sempre serei muito grata por isso.

Agradeço especialmente aos professores, que me incentivaram a continuar lutando com garra e coragem.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a vida, é a própria vida.”

John Dewey

RESUMO

Esse trabalho analisa as formas e questões que envolve a ensino do país, analisando as diferentes formas de como se aplica a educação, mostrando uma visão do ensino para além do conteúdo em meio a argumentos de outros escritores e colocando uma perspectiva das leis que rege a nossa sociedade, correlacionando uma crítica ao que de fato é aplicado na educação em duas vertentes da rede de ensino: a rede pública e a rede particular.

Palavras-chave: Docência, Educação, crítica.

Sumário

1.Introdução	8
2.Objetivos	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos específicos	11
3.Justificativa	12
4.Revisão bibliográfica	13
5.Aspectos teórico-metodológicos e instrumentos	18
6.RESULTADOS	20
Referências Bibliográfica	21

1.Introdução

Com o presente projeto de pesquisa buscaremos pesquisar sobre as formas de ensino básico no ambiente público e privado, tendo como foco as políticas de aprovação em ambos estabelecimentos de aprendizagem. A educação básica é descrita como o primeiro nível do processo escolar no Brasil e ela é dividida em três etapas, que são: Educação Infantil, que seria de 0 a 5 anos; o Ensino Fundamental, de 6 a 14 anos e o Ensino Médio, de 15 a 17 anos de idade.

Esse conceito de educação básica é aplicado a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, pois a lei anterior estabelecia como básico o ensino chamado de primeiro grau. Dessa forma, a nova lei considera como básica para um cidadão a formação que engloba uma educação básica fundamental obrigatória de oito ou nove anos contínuos e uma educação básica média, progressivamente obrigatória, de três anos.

A LDB considera que a educação infantil corresponde ao ensino realizado em creches e pré-escolas, o ensino fundamental corresponde ao antigo “primeiro grau” e o ensino médio ao antigo “segundo grau” (separado da formação profissional). De acordo com as lei nº9.394 do Art.22 da LDB:

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Além disso, “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

Em nosso país é notório que o nível de educação em escolas públicas é inferior as escolas particulares, ou seja, os gráficos na escala de ensino são preocupantes, principalmente na área do ensino que é acessível a todos. Pode se analisar também que nas redes públicas não existe tantas escolas com a estrutura física bem estruturada e com corpo profissional completo e devidamente qualificado para fornecer aos estudantes um ensino qualificado. Com isso, no ponto de vista social as escolas particulares são consideradas mais rígidas, com melhor preparo dos alunos para o mercado de trabalho.

Isso, muitas vezes, desestimula os professores das instituições públicas, já que os mesmos nem sempre têm condições ambientais favoráveis e nem materiais necessários para que exerçam seu trabalho da melhor forma possível. Por outro lado, diferente do ensino público, o ensino particular agrega melhores condições, tanto no ambiente estrutural, quando em materiais didáticos, e isso influencia no processo de ensino e aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser compreendido como uma política cultural, isto é, como um empreendimento pedagógico que considera com seriedade as relações étnicas, de classe, gênero e poder na produção e legitimação do significado e experiência. Tradicionalmente este processo tem reproduzido as relações capitalistas de produção e ideologias legitimadoras dominantes ao ignorarem importantes questões referentes às relações entre conhecimento e poder e cultura e política.

O produto do processo ensino-aprendizagem é o conhecimento. Partindo desse princípio, concebe-se que o conhecimento é uma construção social. Assim, torna-se necessário examinar a constelação de interesses econômicos, políticos e sociais que as diferentes formas de conhecer podem refletir.

Para que o processo ensino-aprendizagem possa gerar possibilidades de emancipação é necessário que os professores compreendam a razão de ser dos problemas que enfrentam e assumam um papel de sujeitos na organização desse processo. As influências sócio-políticas e econômicas exercem sua ação inclusive nos pequenos atos que ocorrem na sala de aula, ainda que não sejam conscientes. Ao selecionar algum destes componentes para aprofundar, deve-se levar em conta a unidade, os vínculos e os nexos com os outros componentes.

Nesse contexto, a avaliação é o elemento regulador, sua realização oferece informação sobre a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, sobre a efetividade dos outros componentes e das necessidades de ajustes e modificações que o sistema deve usufruir.

As escolas privadas, em sua maioria, oferecem condições mais adequadas aos seus usuários, que por sua vez cobram por aquilo que é ofertado aos seus filhos. Outra problemática é a diferença marcante, também, em relação a forma de atuação dos professores das redes privadas, que por serem cobrados por seus coordenadores e diretores e pelos pais dos alunos, em sua maioria, oferecem uma melhor apresentação dos conteúdos, para com isso dar o retorno

que os pais ou responsáveis desejam. A quantidade de alunos em salas de aulas também é algo significativo para o ensino nas escolas particulares, pois assim os professores podem dar uma atenção maior as necessidades dos seus alunos e, conseqüentemente, melhorar o rendimento dos mesmos.

A descrença nas escolas públicas do Brasil leva os pais ou responsáveis de alunos das escolas particulares a uma cobrança de desempenho para com os professores e para com seus filhos no processo de ensino. Nesse contexto, a família deveria ser uma base institucional social ativa na contribuição dessa formação não só âmbito privado, mas sobretudo nas Instituições públicas de todo o país.

2.Objetivos

2.1Objetivo Geral

Refletir sobre a política do ensino básico a partir da realidade de escolas no município de Redenção, no âmbito público e privado, a fim de identificarmos as semelhanças e as diferenças existentes em cada modalidade educacional.

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer os projetos pedagógicos utilizado pelo os professores para aplicação de conteúdo dentro de sala de aula;
- Identificar as condições que favorecem o processo de ensino nas instituições
- Problematizar as diferenças nas condições de trabalho dos professores e as consequências disso no processo de ensino e aprendizagem cotidiano.

3. Justificativa

Nosso intuito é o de avaliar e identificar as dificuldades apresentadas pelos profissionais da educação, a fim de que possamos compreender o que acontece nessas redes pública e privada de ensino público. Estudos mostram que as escolas particulares são estruturadas para ofertar um ensino integral, com foco na vida prática, no vestibular e no mercado de trabalho, sendo que os professores, também melhor remunerados, tendem a buscar um melhor desempenho e a participação dos alunos de forma mais colaborativa e rígida, dispondo, para isso, de condições ambientais favoráveis e de materiais didáticos necessários para que exerçam seu trabalho da melhor forma possível.

Tais materiais são escolhidos junto às melhores editoras do país e sua compra feita pelos pais ou responsáveis. Com isso, de forma geral, diferente do nível público, o ensino particular agrega melhores condições tanto no ambiente estrutural quanto em matérias didáticos e de profissionais qualificados.

Assim, justificamos tal projeto de pesquisa pela necessidade de compreensão que devemos fazer a respeito do meio social que vivemos, a fim de ajudarmos a construir uma realidade melhor. Isso deve ser feito por motivos pessoais de busca de melhorias e zelo por nossos indivíduos. Devemos buscar correlacionar essas divisões sociais que separam a qualidade da rede pública com a privada em uma visão crítica sobre os nossos direitos garantidos pela Constituição, que fragilmente são aplicados, e que nos deixam uma questão: devemos de fato aceitar a educação propiciada nos dias atuais simplesmente por defendermos uma escolarização de massas ou devemos lutar por esses direitos por uma educação diferenciada para nossos filhos?

Essa e outras questões nos fazem refletir sobre a qualidade da política educacional disponível hoje e das diferentes formas de ensino, sendo que isso nos leva a elucidar um estudo aprofundo sobre esse assunto.

4.Revisão bibliográfica

Juntamente com a falta de cuidados e atenção dos poderes públicos e agregando a más administrações de renda e verbas, as escolas públicas acabam sentindo na pele as emoções negativas de um ensino público sucateado pelos poderes, pois quando as pessoas não conseguem alcançar seus próprios objetivos, tem como conseqüências a frustração e a culpa.

É de domínio popular que muito mais se pode fazer pela educação deste país, se fossem focalizados como de grande importância, como realmente são. Abordando uma modalidade de ensino na escola pública, enfatizando o ensino fundamental, podemos apontar o método tradicional como a forma mais comum no Brasil, onde são usados materiais que determinam o que o aluno deve aprender, usando métodos como as avaliações que testam os níveis de conhecimento dos alunos periodicamente.

O ensino fundamental dura cerca de 9 anos e geralmente é destinado a crianças com idade entre 6 e 14 anos. Após esse período, o aluno ingressa no ensino médio, onde seu êxito e progresso vai discorrer a partir do caminho trilhado no ensino fundamental. Vale ressaltar que a família também contribui para o sucesso e aprendizagem, já que é também provedora da educação. A família é a base e também a primeira instituição social a que a criança pertence, sendo também responsável por prover e proporcionar situações favoráveis para o desenvolvimento da criança.

Sobre isso, a Constituição Federal do Brasil (1988) deixa claro no artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, e a convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Também sabemos que tais direitos estão assegurados conforme previsto pelo ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. No artigo 53 consta que “a criança e adolescente tem direito a educação, visando ao pleno

desenvolvimento de sua pessoa, preparando para o desenvolvimento da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL,1990).

Como já dito, o ensino público passa por grandes dificuldades, tendo em vista más administrações, sendo que essas instituições são administradas pelo poder público, mas não podemos nos deter somente a isso, já que as formas “tradicionais” usadas pelos sistemas escolares muitas vezes fazem uma divisão de grupos de alunos que têm dificuldades e outros que se desenvolvem melhor. Isso acaba acarretando outros problemas, como a desistência e a repetência. Segundo a pesquisadora e colaboradora do livro *Fracasso Escolar*, (2004):

Em todo grupo humano existe uma grande diversidade ligadas as aptidões, a maior ou menor rapidez dos indivíduos para adquirir conhecimentos ou procedimentos, a seus interesses, sua curiosidade, sua motivação.

Uma criança que não desempenha bons resultados em determinado momento necessita de estímulos da escola para que tenha resultados como os das crianças de sua idade.

Deste modo, há uma conclusão de que o sistema público busca sobreviver diante das mais diferentes mazelas do poder público. Um bom ensino fundamental é contribuinte direto e indiretamente para o sucesso do ensino médio e futuro. A precariedade da educação pública é resultado de baixos investimentos, desvios de dinheiro e da desvalorização profissional.

Igualmente importante como os outros direitos básicos, como a saúde e moradia, a educação pública precisa ser valorizada dentro do sistema educacional, com mais investimentos e novos métodos de aprendizagem. O ensinar é um processo que implica estimular, desenvolver e orientar as aptidões do indivíduo, de acordo com os ideais de uma sociedade determinada. É aperfeiçoar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais, é preparar o cidadão para a vida.

Ensinar, por outras palavras, implica educar, que é transmitir os conhecimentos, e instruir. O caráter institucional da educação torna-se nítido quando é manifestado na sua forma mais concreta, que é a escola, encarregada de preparar e formar o indivíduo para sua futura vida profissional.

Em todas as culturas são encontrados mecanismos para perpetuação da educação, em forma de normas que determinam algumas relações básicas entre pais e filhos, entre jovens e idosos, entre mestres e alunos, a mera convivência das gerações se encarregam de completar a educação. Segundo (Ocimara Balmant,2012), Em seu Art. Afirma que: "se a escola focar apenas no conteúdo, o processo de aprendizagem não tem a menor chance de ser bem-sucedido". Da mesma forma, para (Ocimara Balmant,2012)

"se as necessidades emocionais, sociais e físicas forem ignoradas, não há excelência acadêmica".

Em primeiro lugar, não são necessários equipamentos caros ou de alta tecnologia. Nas salas infantis, os jogos e brincadeiras - longe de representarem perda de tempo - são elementos vitais para melhorar o desempenho acadêmico das crianças. No ensino médio, em vez de ensinar física em sala de aula, que tal levar a classe para restaurar um carro velho? Isso, ao mesmo tempo em que exige a aplicação dos princípios da disciplina, faz com que os alunos pratiquem uma atividade física. E mais: é uma experiência de trabalho colaborativo, em que todos participam da tomada de decisão com um propósito compartilhado. Uma experiência rica de formação de comunidade, que está diretamente relacionada à formação dos professores.

Segundo Selma Garrido Pimenta (1999), no texto Saberes da Docência, a formação de professores não está relacionada apenas a formação inicial, mas está atrelada principalmente a busca contínua e relacionada às experiências no campo da prática cotidiana, pois nesse estágio da formação docente os futuros professores irão se familiarizar com os diversos aspectos dessa formação, podendo assim sair das teorias estudadas em sala e ir para a prática.

Pimenta (1999), diz que é no estágio que se constrói a identidade profissional e é nele também que o indivíduo descobre o seu perfil profissional na sua área de atuação como formador de conhecimento.

“Os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente. Num processo permanente de reflexões sobre sua prática, matizada pela de outrem, seus colegas de trabalho os alunos, textos produzidos por outros educadores.”(Pimenta 1999, p.19)

Da mesma forma, para Pimenta:

“A identidade profissional se constrói, pois, a partir significações sociais; da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições. Mas também na reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas.” (Pimenta 1999, p.19)

A autora, ao falar da formação inicial, diz que o currículo dos cursos de licenciatura têm se distanciado da realidade escolar no que diz respeito à prática social de educar, e pouco têm contribuído para gerar uma nova identidade do profissional docente. E quando se refere à formação contínua, ela afirma que os cursos têm sido pouco eficientes para alterar a prática docente, implicando na questão de fracassos escolar, pois afirma que não dão a possibilidade do professor construir novos saberes e novas práticas pedagógicas escolar no contexto.

Tardif (2002), sobre a mesma questão, não classifica os saberes de uma forma distinta de Selma Garrido Pimenta. O autor explica que a prática docente integra diferentes saberes, mas que mantém diferentes relações entre eles. Desta forma, a classificação do autor referente ao saberes são: o da formação profissional, que é todo o conhecimento recebido na universidade; os disciplinares, que são as grandes áreas de conhecimento, também chamadas como ciências mães; os saberes sociais, transmitidos pela universidade e incorporados na ação docente, e por último os saberes da experiência, que são aqueles que os professores mais citam, o saber que é construído no cotidiano escolar da vida do professor.

Para Tardif (2006), os professores estabelecem uma relação com os saberes de transmissores, de portadores ou de objetos de saber. Mas não como produtores de saberes que poderiam impor-se como instância de legitimação social de sua função e como espaço de verdade de sua prática.

“Entretanto a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experiências” (TARDIF, 2006, p.36).

Podemos refletir a respeito da educação ofertada em nosso país em um pequena trecho do artigo da (Balmant,2012): "se a escola focar apenas no conteúdo, o processo de aprendizagem não tem a menor chance de ser bem-sucedido". Então, não acreditamos em uma educação baseada apenas em conteúdos dados em sala de aula, pois essa prática de ensino é insuficiente para produzir alunos bem sucedidos e essa responsabilidade não está empregada apenas nos docentes e discentes, mas no corpo da sociedade, na participação direta e indireta da família e do estado, nas responsabilidades que são ofertadas timidamente em uma educação pública precarizada, em uma análise que devemos construir em nossas vidas a respeito das nossas obrigações como cidadão em aprender e descobrir sobre nossos direitos legais e o que de fato é realizado em nosso meio.

5.Aspectos teórico-metodológicos e instrumentos

Para conhecermos diferentes realidades escolares de instituições públicas e privadas, a pesquisa foi realizada na escola de ensino básico (Maria Augusta Russo dos Santos) no âmbito público e a Escola Institucional Logos no âmbito privado, na cidade de Redenção-CE, nas quais foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes, com análise qualitativa dos dados coletados. Também utilizaremos como um dos instrumentos metodológicos o diário de campo, que se trata de uma análise da realidade vivida por professores e alunos dentro do contexto escolar, suas visões sobre ambas as redes de ensino e uma visão de ambas as partes sobre o modo de ensino e aplicações de conteúdo dentro de sala de aula.

“Num mundo em que os sistemas educativos estão cada vez mais liberalizados e globalizados”
(laval,2003; lima e afonso,2002)

Nogueira (2016), Essa afirmativa nos leva a compreender essa busca por entidades privadas por pais ou responsáveis de maior informação tanto de âmbito educacional e social de melhor qualidade também por parte dos pais.

Em uma entrevista com professores de instituições públicas e privadas relata a fala das duas entrevistadas a respeito do ensino:

“Camila Santos, 22 anos, que é professora da rede privada conta que os pais interferem muito nas decisões da escola em relação aos alunos: “Na escola particular, é muito forte a presença e as intervenções dos pais, que muitas vezes exigem coisas que não são responsabilidade do professor, mas, como a escola é privada, o professor muitas vezes precisa acatar para não perder o aluno”.

“Sheila também aponta sobre as melhorias necessárias: “gostaria que o ensino público fosse levado a sério pela sociedade como um todo, para que os níveis dele pudessem ser ao menos parecido com os resultados do ensino privado de boa qualidade”.

Vendo o ponto de vista das duas percebemos que há sim uma grande diferença em questão de ensino. No decorrer do artigo trabalharemos outros assuntos relacionados a esse mesmo contexto educacional.

6.RESULTADOS

Podemos refletir a respeito da educação ofertada em nosso país em um pequena trecho do artigo da (Ocimara Balmant,2012), "se a escola focar apenas no conteúdo, o processo de aprendizagem não tem a menor chance de ser bem-sucedido". Então não acreditamos em uma educação baseada apenas em conteúdo dados em sala de aula, essa prática de ensino é insuficiente para produzir alunos bem sucedidos e essa responsabilidade não está empregada apenas nos docentes e discentes mais no corpo da sociedade, na participação direta e indireta da família e do estado, nas responsabilidades que é ofertada timidamente em uma educação pública que grita por socorro todos os dias, em uma análise que devemos construir em nossas vidas a respeito das nossas obrigações como cidadão em aprender e descobrir sobre nossos direitos legais e o que de fato e realizado em nosso meio, como já vimos anteriormente a Constituição Federal do Brasil, (1988), deixa claro no artigo 227 da lei n 65/2010.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, e a convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal do Brasil, 1988, do art.227, p.172).

Referências Bibliográfica

Aprendizagem.pdf>. Acesso em 26 de Julho 2017.

BALMANT, Ocimara. **Ensinar é muito mais que passar conteúdo**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ensinar-e-muito-mais-que-passar-conteudo-imp-,925042>>. Acesso em 24 de Julho de 2017.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, Brasília, 1988.

ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 1990.

FONTE: www.degruposcolar.com.br.

GRISAY, A.(2004) **Fracasso Escolar**, pág.93.

Jorge Ávila de Lima e André Costa Melo, « **As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões** », Fórum Sociológico [Online], 29 | 2016, posto online no dia 31 Dezembro 2016, consultado o 21 Março 2017. URL: <http://sociologico.revues.org/1514>; DOI: 10.4000/sociologico.1514

NOGUEIRA, Ingrid. ZUCONNI, Guilherme. “**Percepções e diferenças entre o ensino público e Privado**”. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/rpcom/sociedade-meio-ambiente/percepcoes-e-diferencas-entre-o-ensino-privado-e-o-ensino-publico>>. Acesso em 03 de Julho de 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores- saberes da docência e identidade do professor**. **Nuances**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 5-14, set. 1997.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SIGNIFICADOS, **Significado de educar.** Disponível em:
<<https://www.significados.com.br/educar/>>. Acesso em 26 de Julho de 2017.

UNIFAP. **O processo ensino-aprendizagem.** Disponível em:
<<http://www2.unifap.br/midias/files/2012/04/O-Processo-Ensino->